

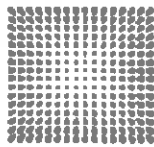
S. João da Madeira
Câmara Municipal

21 de Dezembro,
21/9/2019
João Leal

**CONCURSO PARA CONCESSÃO/EXPLORAÇÃO DA
SALA DOS FORNOS DA OLIVA CREATIVE FACTORY
PARA A REALIZAÇÃO DE REVEILLON 2018/19**



CADERNO DE ENCARGOS



S. João da Madeira
Câmara Municipal

ÍNDICE

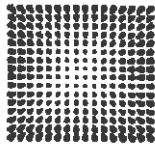
CADERNO DE ENCARGOS

Condições gerais:

1. Ramo de atividade;
2. Início da exploração;
3. Responsabilidade pela culpa e pelo risco;
4. Segurança do evento;
5. Proposta de programa do evento;
6. Termos e prazo de entrega das propostas;
7. Critérios de avaliação das propostas e júri;
8. Divulgação de resultados das propostas;
9. Imagem gráfica;
10. Remuneração do concedente e prazo de pagamento;
11. Obrigações do concessionário;
12. Obrigações do concedente;
13. Poder de direção do concedente;
14. Sequestro da concessão;
15. Transmissão da concessão e subconcessão;
16. Resolução do contrato de concessão pelo concedente;
17. Resolução do contrato de concessão pelo concessionário;
18. Extinção da concessão;
19. Fiscalização;
20. Comunicações e notificações;
21. Sigilo;
22. Disposições finais;

Condições especiais:

23. Características do espaço a concessionar;
24. Pessoal;
25. Legislação aplicável.



Caderno de Encargos

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Ramo de atividade

1. O concessionário realizará um evento de *Réveillon* para celebrar a Passagem do Ano de 2018 para 2019, o qual será obrigatoriamente denominado da seguinte forma: **Oliva Inspiring 2019**.
2. Para efeitos do número anterior, o concessionário assegurará a implementação de um programa de evento e um conjunto de serviços de manifesta qualidade, capaz de captar e atrair a afluência de público, a nível regional e nacional.
3. O concessionário obriga-se ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis ao exercício da atividade.

Cláusula 2ª

Início da exploração

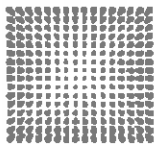
1. O prazo para início da exploração iniciará às 20h00 do dia 31 de Dezembro de 2018 e terminará às 06h00 do dia 1 de Janeiro de 2019.
2. Será concedido um período para efeitos de montagens e desmontagens do evento, não podendo exceder os limites das datas compreendidas entre os dias 26 de dezembro 2018 e 3 de janeiro 2019.

Cláusula 3ª

Responsabilidade pela culpa e pelo risco

O concessionário é responsável por quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados pelo pessoal ao seu serviço, e ainda, danos que os seus fornecedores provoquem nas instalações concessionadas.

Cláusula 4ª



Segurança do evento

1. O concessionário é responsável pela segurança do evento, devendo para tal efetuar, até 15 dias após a celebração do contrato de concessão, um contrato de seguro de responsabilidade civil, assegurando pessoas e bens, devendo incluir as seguintes coberturas:

- a) Responsabilidade civil por danos morais
- b) Responsabilidade civil decorrente do consumo de comidas e bebidas no evento
- c) Responsabilidade de instalação e montagem do evento
- d) Responsabilidade civil por cancelamento do evento
- e) Responsabilidade civil de bens de terceiros
- f) Responsabilidade civil do pessoal
- g) Responsabilidade civil por equipamentos diversos para a realização do evento
- h) Responsabilidade civil por objetos cenográficos e de decoração

2. Para efeitos de cobertura, o equipamento (propriedade do município) instalado na sala dos fornos, palcos, sistema de luzes e som, tem um valor de €180.000,00.

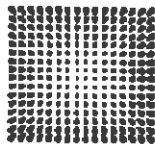
3. O início da exploração do serviço concessionado ficará condicionado à prévia apresentação na Divisão Finanças e Património do Município de S. João da Madeira da respetiva apólice.

4. Se a referida apólice não for entregue até 30 dias após a adjudicação, implicará, por cada dia de atraso, a aplicação de uma sanção pecuniária de 50€ (cinquenta euros).

Cláusula 5ª

Proposta de programa do evento

1. O candidatos deverão preparar e apresentar uma proposta de programa do evento, com os seguintes conteúdos:
 - a) Tema da festa;
 - b) Sinopse de apresentação do evento;
 - c) Programação do evento (diversificação de propostas de animação);
 - d) Serviços disponibilizados durante o evento;



S. João da Madeira

Câmara Municipal

- e) Identificação das entidades associadas ao evento (organização, bares, associações, parceiros, patrocínios, entre outros);
- f) Plano de divulgação;
- g) Proposta base de imagem gráfica;
- h) Proposta de remuneração, tendo em conta o valor base de licitação.
- i) Identificação do representante da candidatura (nome, morada, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, contatos de telefone e e-mail)

Cláusula 6ª

Termos e Prazo de entrega da proposta

1. A proposta deverá ser entregue, em envelope fechado, nas instalações da Câmara Municipal, 7º piso, no dia **21 de Setembro de 2018, pelas 17h00**, seguindo-se o ato público de abertura das propostas.
2. No ato de abertura, o seu conteúdo será verificado por um técnico do Município, contra entrega de um comprovativo de receção devidamente assinado.

Cláusula 7ª

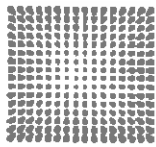
CrITÉRIOS de avaliação de propostas e júri

1. Os critérios de avaliação da proposta visam determinar o seguinte:
 - a) Grau de elaboração da proposta, tendo como critérios de ponderação, a oferta de serviços e a planificação do evento.
 - b) Grau de diversificação do programa de animação.
 - c) Grau de valorização do evento, pelo conjunto de entidades parceiras, preferencialmente sediadas em S. João da Madeira, seguida de entidades sediadas na região.
 - d) Remuneração pela proposta mais elevada.

Cláusula 8ª

Divulgação de resultados das propostas

O resultado da avaliação das propostas será divulgado até dia 26 de setembro, através de envio de ofício, por endereço eletrónico, para os representantes das candidaturas.



Cláusula 9ª

Imagem gráfica

1. É da responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA a aprovação do *namimg* e imagem gráfica do evento.
2. Após a adjudicação, o concessionário tem 20 dias para apresentar a imagem gráfica final, de acordo com as indicações do Município.
3. Não é permitida a afixação de qualquer cartaz ou outra forma de publicidade nas instalações da Oliva Creative Factory, sem prévio consentimento e definição de local.

Cláusula 10ª

Remuneração ao concedente e prazo para pagamento

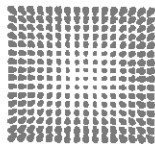
1. Pela concessão será devido o valor constante da proposta vencedora, tendo por base 2.000,00€+ IVA (dois mil euros + taxa de iva).
2. A ocupação de qualquer outro espaço adicional, à Sala dos Fornos e Alameda, será objeto de aplicação das taxas previstas nas normas de cedência de espaços vigente na Oliva Creative Factory.
3. O pagamento do valor referido no número 1 será devido no prazo de 10 dias, a contar da data de notificação da adjudicação.
4. Na falta de pagamento não será assinado o contrato, e a concessão será adjudicada ao concorrente posicionado em segundo lugar.

Cláusula 11ª

Obrigações do concessionário

O concessionário fica obrigado a:

1. Pagar a remuneração do espaço no prazo de 10 dias, a contar da data de notificação de adjudicação.
2. Suportar todos os custos da adaptação e apetrechamento do espaço à atividade a desenvolver.
3. Garantir a implementação do programa de evento constante na proposta.
4. Prestar um serviço de qualidade na atividade que vai desenvolver.
5. Manter e assegurar com os frequentadores do evento, e entre os mesmos, relações



S. João da Madeira

Câmara Municipal

de bom comportamento e de maior urbanidade, garantindo, para o efeito, a contratação de serviços de segurança privada.

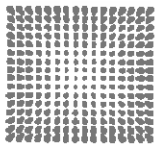
6. Manter o espaço em bom estado de conservação, limpeza e asseio.
7. Efectuar limpeza e asseio do espaço e zonas envolventes, pelas quais se responsabilizam, no período compreendido entre 26 de dezembro 2018 a 3 janeiro 2019, referente aos processos de montagem/desmontagem, durante e após o evento.
8. Garantir que as cargas e descargas funcionarão através de percurso a combinar com a Câmara Municipal de S. João da Madeira, e de forma a garantir a total retirada de vasilhame das áreas de utilização pública.
9. Observar o respeito pelas normas legais em vigor para o respetivo setor de atividade, nomeadamente, no que diz respeito à qualidade e à conservação dos produtos de venda ao público.
10. Praticar uma política de preços que não exceda o normalmente praticado em eventos congéneres.
11. Não afixar reclames ou outros escritos no interior ou exterior dos equipamentos com objetivos publicitários, sem prévia autorização do Município de S. João da Madeira.
12. Garantir a apresentação do plano prévio de segurança do evento até 30 dias antes da data do evento, devidamente preenchido e validado pelas entidades competentes, nomeadamente, Polícia de Segurança Pública, Bombeiros Voluntários e Proteção Civil.
13. Obter e suportar todos os custos com licenças e autorizações necessárias à realização do evento e previstas na lei.
14. Cumprir com os termos de utilização do espaço, nomeadamente as que vierem a ser transmitidas pela Câmara Municipal, para garantia de zelo do espaço e equipamentos.
15. Articular o período de montagens e desmontagens com a Câmara Municipal, não podendo exceder os limites das datas compreendidas entre os dias 26 de dezembro 2018 e 3 de janeiro 2019.

Cláusula 12ª

Obrigações do concedente

São obrigações do concedente:

1. Avaliação da proposta e notificação de resultados até 3 dias úteis, após a receção das candidaturas.
2. Promoção e divulgação do evento e respetiva programação (a pedido do concessionário) inseridos na estratégia de comunicação da Câmara Municipal.



S. João da Madeira

Câmara Municipal

3. Seguro patrimonial do edifício.
4. Cedência de equipamento de som e luz da Sala dos Fornos, o atualmente existente e em uso, cedência de equipamento para boa concretização do evento mediante solicitação e confirmação prévia de disponibilidade de recursos, a saber, palco, contentores de resíduos, grades de trânsito e outro mobiliário disponível no espaço, mediante elaboração de inventário e verificação de estado de conservação antes e após a realização do evento.

Cláusula 13ª

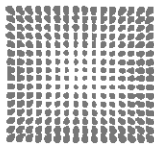
Poder de direção do concedente

O poder de direção do concedente compreende as faculdades definidas nos artigos 302.º a 304.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14ª

Sequestro da concessão

1. Em caso de incumprimento grave pelo concessionário de obrigações contratuais, ou estando mesmo iminente, o concedente pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento da exploração.
2. O sequestro pode ter lugar, designadamente, nas seguintes situações:
 - a) Quando ocorra ou esteja iminente a cessação ou suspensão, total ou parcial, da exploração;
 - b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento da exploração ou no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade ou a regularidade daquela concessão da exploração ou a integridade e segurança de pessoas e bens.
3. Verificada a ocorrência de uma situação que pode determinar o sequestro da concessão, o concedente notifica o concessionário para, no prazo que lhe for razoavelmente fixado, cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou reparar as consequências dos atos, exceto tratando-se de uma violação não sanável.
4. Em caso de sequestro, o concessionário suporta os encargos do desenvolvimento das atividades concedidas bem como quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade exploração.
5. O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário, com o limite de um ano, sendo



S. João da Madeira

Câmara Municipal

o concessionário notificado pelo concedente para retomar a exploração e/ou construção.

6. Se o concessionário não puder ou se se opuser a retomar a exploração, ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se os factos que deram origem ao sequestro, o concedente pode resolver o contrato.

Cláusula 15ª

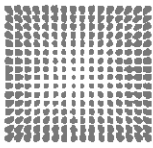
Transmissão da concessão e subconcessão

O concessionário não poderá transmitir ou subconcessionar a exploração dos serviços que constituem objeto da presente concessão, sem autorização prévia e expressa do Município de S. João da Madeira.

Cláusula 16ª

Resolução do contrato de concessão pelo concedente

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato de concessão e do direito de indemnização nos termos gerais, o concedente pode resolver o contrato quando verifique:
 - a) Incumprimento das cláusulas contratuais;
 - b) Desvio do objeto da concessão;
 - c) A extinção/falência do concessionário;
 - d) A transmissão para terceiros de qualquer atividade, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de S. João da Madeira;
 - e) A desobediência reiterada às instruções do ponto de vista da exploração, emanadas pelo serviço da Câmara Municipal de S. João da Madeira, relativamente à manutenção e conservação das instalações, do equipamento e material e eficiência do serviço;
 - f) Não manutenção do espaço concessionado em perfeitas condições de conservação;
 - g) Obstrução ao sequestro;
 - h) Recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão na sequência de sequestro;
 - i) Repetição, após retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro;
 - j) Sequestro pelo prazo máximo permitido pela lei;



S. João da Madeira

Câmara Municipal

- k) Ocorrência de deficiência grave na gestão e exploração, em termos que possa comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei ou contrato;
 - l) Desobediência às instruções emanadas pelo concedente no uso dos seus poderes de direção e fiscalização;
 - m) Instalação de equipamentos ou realização de obras sem prévia autorização escrita do concedente;
2. O contrato de concessão poderá, ainda, ser rescindido, no caso de o Município de S. João da Madeira necessitar da área ocupada por razões de interesse público, designadamente, sendo o concessionário notificado com a antecedência mínima de 30 dias.
 3. Em caso de resolução do contrato nos termos referidos no número anterior, o objeto da concessão reverterá a favor do concedente, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização e/ou à devolução da coisa prestada.
 4. O espaço concessionado deverá ser devolvido em boas condições de conservação e limpeza, nos termos definidos no presente caderno de encargos à entidade concedente.

Cláusula 17ª

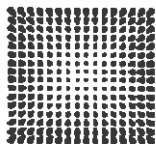
Resolução do contrato de concessão pelo concessionário

1. O concessionário poderá pedir a resolução do contrato por causa devidamente justificada e fundamentada, mediante carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, com a antecedência mínima de 30 dias.
2. Em caso de resolução do contrato, a Câmara Municipal reserva-se no direito de não devolver a remuneração prevista neste caderno de encargos.

Cláusula 18ª

Extinção da concessão

1. Terminada a concessão, espaço em causa deverá ser entregue em perfeito estado de conservação, limpeza e livre de quaisquer ónus ou encargos.
2. Os bens móveis e utensílios adquiridos pelo concessionário e os adornos que possam ser retirados sem prejuízo do local deverão sê-lo até ao dia 3 de janeiro 2019.



S. João da Madeira
Câmara Municipal

Cláusula 19ª

Fiscalização

1. A Câmara Municipal de S. João da Madeira reserva-se no direito de exercer fiscalização da atividade do concessionário e do cumprimento das cláusulas das condições de exploração, assim como pela legislação em vigor.
2. No âmbito dos poderes de fiscalização e no caso de incumprimento das obrigações por parte do concessionário, este será punido, a título de cláusula penal, pelo valor correspondente a 50% da proposta de remuneração que constitui este Caderno de Encargos, sem prejuízo do dano excedente que eventualmente exista.
3. Sempre que lhe seja solicitado, o concessionário facultará ao Município de S. João da Madeira todos os elementos necessários ao conhecimento e acompanhamento das condições técnicas e económicas referentes ao período da exploração.

Cláusula 20ª

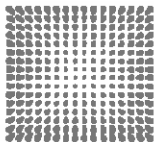
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato
4. O concessionário obriga-se a facultar a inspeção do local, bem como a permitir a visita das entidades legais competentes, ao espaço concessionado.

Cláusula 21ª

Sigilo

1. O concessionário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa



S. João da Madeira

Câmara Municipal

ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 22ª

Disposições finais

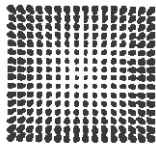
Caso o adjudicatário venha a desistir da concessão ou abandone a atividade ou instalações antes do início do prazo de exploração, perderá a favor do Município o valor referente à proposta de remuneração a que diz respeito este procedimento, exceto nos casos em que os motivos invocados e efetivamente comprovados sejam atendidos pelo Município, mediante pedido formal a apresentar pelo interessado.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Cláusula 23ª

Características do espaço a concessionar

1. O espaço a concessionar ao abrigo deste concurso compreende a Sala dos Fornos e a Alameda da Oliva Creative Factory, sito na Rua da Fundição.
2. Instalações e Equipamento:
 - a) O espaço a concessionar é disponibilizado no estado em que se encontra e com o equipamento existente.
 - b) É vedado ao adjudicatário, sem prévia autorização do Município de S. João da Madeira, modificar ou alterar o espaço existente, assim como as infraestruturas instaladas.



S. João da Madeira
Câmara Municipal

Cláusula 24ª

Pessoal

O concessionário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 25ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos tanto quanto à concessão da exploração, aplica-se o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.